

1. Abertura / Boas vindas

Habituei-me a associar o regresso às aulas ao cheiro inconfundível da terra molhada pelas primeiras chuvas de Outono, ao restolhar das folhas caídas dos plátanos na Praça da República, arrastadas pelo vento frio do final da tarde, ao fumo apetitoso das castanhas assadas, a crepitar, estaladiças e adocicadas no triciclo do meu amigo Zé, ao cimo das Escadas Monumentais. Sinal dos tempos, vemo-nos agora a iniciar as aulas com Sol e calor lá fora, em meados de Setembro, para ir a passo com a Europa do Norte, onde não há verão como o nosso, nem Praça da República, nem Escadas Monumentais, nem castanhas assadas, pelo menos pelo meu amigo Zé. Também a ele, queriam à força que alinhasse pelas regras dos outros, trocando o triciclo que sempre lhe conheci por um impessoal e asséptico carrinho em inox, sem nada do que fazia dele igual a todos os carrinhos de castanhas portuguesas e diferente de todos os carrinhos de castanhas de outros Países, sem negrume, sem mística, sem papel de jornal a embrulhar castanhas, por pouco sem castanhas. Nunca saberemos se teria feito essa troca.

Podendo parecer a ironia fora de contexto ou inapropriada, aqui quero deixar, mesmo assim, logo para abrir, em pano de fundo, esta reflexão desalinhada, este contraponto que considero necessário ao discurso, em tudo o mais canónico, de abertura solene das aulas referente ao ano lectivo 2009/2010.

São 3043, os estudantes que foram este ano colocados em primeira fase na Universidade de Coimbra, representando 97,5% das vagas postas a concurso, o que coloca novamente a nossa Universidade no pequeno grupo das mais

procuradas. Estão a entrar numa Universidade bem consolidada e estabelecida pela experiência dos séculos, que concilia a força do seu prestigioso passado com a dinâmica de mudança transportada pela onda de juventude que anualmente a demanda, nela semeando exigentes futuros nos sonhos que transportam, fazendo-a reinventar-se a cada novo dia e recentrar-se em função das expectativas dos seus mais recentes membros, que sois vós.

Aos novos estudantes da Universidade de Coimbra, que lá fora no Pátio, para o efeito uma vez mais adaptado, se afadigam nos preparos necessários à formalização das suas inscrições, quero deixar as primeiras palavras de regozijo e de bom acolhimento. Trabalharam para entrar, conseguiram-no, sejam bem-vindos. Pela nossa parte, tudo faremos para vos preparar como cidadãos e como profissionais para ocuparem o lugar a que têm direito na sociedade.

Estendo o meu cumprimento a todos os nossos convidados, que quiseram partilhar connosco este momento de júbilo e de alegria renovada. Os membros da comunidade universitária presentes, docentes, estudantes e trabalhadores, a quem também saúdo, aqui estão para vos receber com calor e com amizade.

Quero referir-me em especial ao Senhor Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, Jorge Serrote, que tanto me tem ajudado a interpretar as expectativas dos estudantes, a conhecer as suas mais sentidas dificuldades e a encontrar caminhos para responder a umas e a outras, e que usará da palavra em representação de todos os estudantes da Universidade; bem como ao Doutor Joaquim Romero de Magalhães, ilustre Professor Catedrático da Faculdade de Economia à qual compete este ano, e a ele em sua

representação, por uma secular regra de rotatividade, a responsabilidade da chamada Oração de Sapiência.

2. O ano das mudanças organizacionais

Concluimos um ano de profundas mudanças organizacionais.

Eleitos os membros internos, cooptados os membros externos e eleito o Presidente, o Conselho Geral assumiu em pleno, logo em Janeiro deste ano, as funções e competências que o Estatuto da Universidade lhe atribui ao abrigo das quais já discutiu e aprovou por unanimidade, sob minha proposta, o plano de acção para os dois últimos anos do mandato, as linhas gerais de orientação da Universidade, o Orçamento e o Plano de Actividades para 2009 e as contas consolidadas de 2008. Igualmente aprovou a minha proposta de estatutos para a sociedade ICNAS-Produção e, na pessoa do Doutor Rogério Leal, durante seis anos Presidente do Conselho Pedagógico da FCTUC, designou o primeiro Provedor do Estudante da Universidade de Coimbra, cuja instalação e início de funções se prevê para Outubro. Para apreciação em próxima reunião, o Conselho Geral debruça-se já sobre as propostas que apresentei, de Estatutos das Unidades Orgânicas em instalação, o Colégio das Artes, o Tribunal Universitário e o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, bem como de Plano e Orçamento da Universidade para 2010, documento que representa um avanço significativo na prática de planeamento e de gestão planificada e uma primeira tentativa séria de envolver todas as Unidades Orgânicas e Serviços na elaboração destes instrumentos de governo. Ainda na esfera das suas competências, o Conselho Geral iniciou uma reflexão sobre vários aspectos da

actividade da Universidade, sendo de realçar a que se prende com a chamada reestruturação dos saberes que deverá estar concluída no final de 2010.

Desde o início de Janeiro está igualmente em funções o Conselho de Gestão, órgão de governo cujos membros são nomeados pelo Reitor e que tem por competência estatutária a condução da gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos da Universidade. A sua primeira deliberação foi o alargamento das delegações de competências nos órgãos das unidades orgânicas, em cumprimento do preceito estatutário que aponta para a descentralização da decisão, em antecipação com uma nova forma de administração que, igualmente por força dos Estatutos, se prevê venha a ser transversal a toda a Universidade.

Muito embora com uma composição ainda não definitiva, que até ao final de Outubro estará completamente estabelecida, também o novo Senado assumiu as suas responsabilidades no quadro de uma lei que apenas lhe atribui competências de natureza consultiva. Creio, no entanto, que este órgão irá desempenhar, no actual quadro de Governo da Universidade, um papel muito mais relevante do que aquele que o legislador para ele reservou – na verdade nem sequer se lhe referiu explicitamente – limitação que os Estatutos não puderam, naturalmente, ultrapassar. Com o equilíbrio que a Assembleia Estatutária procurou encontrar entre Directores eleitos pelas Faculdades, por um lado, e por outro, a necessidade de uma estratégia institucional corporizada na reflexão e na acção dos órgãos centrais, portanto única muito embora participada, o Senado aparece como sendo o órgão colegial em cuja esfera de

acção terão que se estabelecer as pontes e encontrar os consensos entre a Reitoria e as Faculdades.

Quer porque não estão, como tal, representadas no mais importante órgão colegial da Universidade, o Conselho Geral, quer porque já não são as suas únicas unidades orgânicas, resulta do actual quadro de governo que deixámos de ser uma Universidade de Faculdades, para passar a ser uma Universidade com Faculdades, modelo para cuja estabilização é tão importante o desempenho do novo Senado. É igualmente importante que ninguém interprete esta mudança como uma desvalorização do papel central que as Faculdades da Universidade de Coimbra terão que continuar a desempenhar na prossecução de todas as actividades fim da instituição.

Mas a entrada em vigor dos novos Estatutos da Universidade produziu ainda, em cascata, uma série de mudanças nas Faculdades e nas restantes Unidades Orgânicas e desde logo, a alteração dos seus próprios Estatutos efectuados, no caso das Faculdades, por uma Assembleia expressamente eleita para o efeito.

Cinco Faculdades concluíram já o processo de eleição das suas Assembleias de Faculdade e do seu primeiro Director, tendo igualmente sido nomeados os Directores das restantes quatro unidades orgânicas. O atraso de algumas semanas na conclusão do processo em três Faculdades (Ciências e Tecnologia, Farmácia e Economia) relativamente à data prevista - o início do presente ano lectivo - não esbata a ideia de que estamos perante uma transição muito bem sucedida, uma “*Mudança Tranquila*”, apesar de efectuada a um ritmo violento, que incluiu a preparação e a realização de processos eleitorais para quatro

órgãos colegiais e a instalação e o início de funções dos novo órgãos de governo e de gestão.

Ainda no plano organizacional, devem igualmente referir-se como partes constituintes desta mudança, porque respondem a orientações estratégicas como tal definidas no Plano de Actividades da Universidade para 2009, o início de funcionamento da Biblioteca do Pólo das Ciências da Saúde, agrupando numa só, instalada em edifício próprio, as bibliotecas das Faculdades de Medicina e de Farmácia, e a entrada em efectivo funcionamento da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra e da Fundação Museu da Ciência.

3. Manutenção da liderança nacional e reforço da posição internacional

Só o extraordinário empenho e a dedicação exemplar à sua Universidade de muitos docentes, estudantes e trabalhadores não-docentes, muito para além do que lhes seria razoavelmente exigível face à exiguidade dos meios materiais e humanos que podemos pôr-lhes à disposição, nomeadamente em horas extraordinárias, só por que se consideram, a trabalhar em equipa, galvanizados pela procura do êxito de um projecto que também sentem como seu, só o desdobramento de todos eles em múltiplas actividades de diversos tipos, tem permitido que este vastíssimo conjunto de reformas institucionais esteja a ser feito sem prejuízo do trabalho do dia-a-dia e da concretização dos objectivos centrais da Universidade. Porque, convém que não nos esqueçamos, com órgãos antigos ou com órgãos novos, por muita atenção que tenhamos que dedicar às reformas de funcionamento interno, a Universidade existe para formar estudantes, para criar e difundir conhecimento e para promover a inovação e a

internacionalização, sendo as questões administrativas e organizacionais, por muito relevo que assumam conjunturalmente, meramente instrumentais. Não percamos, pois, o norte.

E que não o temos perdido, mostram-no os continuados êxitos acumulados neste último ano lectivo pela Universidade e pelos seus membros. Correndo o risco de ser injusto pela omissão de muitos outros apenas referirei, a título de exemplo, e mesmo assim de forma muito breve, os seguintes:

- A atribuição do Prémio Pen-Club a Maria Helena Santana, professora da FLUC;
- A atribuição do Prémio Jacinto Prado Coelho, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários, a Carlos Ascenso André, professor da FLUC;
- A atribuição do Prémio Richelieu / Senghor 2008, a Cristina Robalo Cordeiro, Vice-Reitora da Universidade e professora da FLUC, que assim se junta a uma notável galeria de personalidades como Boutros-Ghali e Salah Stétié. O Prémio, pela primeira vez atribuído a uma pessoa de nacionalidade portuguesa, distingue anualmente uma personalidade que tenha contribuído, de forma excepcional, para a divulgação da língua e da cultura francesas no mundo;
- A atribuição do Grande Prémio BES Inovação 2008 ao projecto Laser Leap, desenvolvido por uma equipa de investigadores do Departamento de Química da FCTUC, coordenada por Luís Arnaut;
- A atribuição do *Prix de Recherche Scientifique Lierac* a Maria Teresa Cruz Rosete, professora da Faculdade de Farmácia;

- A atribuição do Prémio Crioestaminal 2008 a Lino Ferreira, investigador do Centro de Neurociências e Biologia Celular e do Biocant;
- A atribuição da Medalha de Honra L'Oréal para as Mulheres na Ciência 2008 a Paula Moreira, investigadora do Centro de Neurociências e Biologia Celular;
- A atribuição do Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Lisboa a Maria Helena da Rocha Pereira, professora jubilada da FLUC, a quem igualmente foi entregue pelo Senhor Presidente da Câmara, após votação unânime da Assembleia Municipal, a Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra;
- A atribuição do William Carter Award 2009 a José Fonseca, do Centro de Informática e Sistemas;
- A atribuição do Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra 2008 a Ana Catarina Pinto Reis, pela sua tese de doutoramento defendida na Faculdade de Farmácia da UC;
- A atribuição do Prémio Estímulo à Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian a Ricardo Santos, investigador do Centro de Neurociências e Biologia Celular;
- A atribuição a Ernesto Costa, Professor da FCTUC, do mais importante prémio europeu para a computação evolucionária atribuído na EvoStar, a conferência científica líder na Europa neste campo da ciência;
- A atribuição do Grande Prémio Bial a Miguel Castelo-Branco, professor da Faculdade de Medicina e director do Instituto Biomédico da Luz e Imagem;

- A atribuição do Prémio Excelência e Mérito em Inteligência Artificial, atribuído pela Associação Portuguesa para a Inteligência Artificial, a Penousal Machado, docente da FCTUC;
- A atribuição de Prémios pela Academia Portuguesa de História, a Pedro Dias, a Maria Helena da Cruz Coelho, a Maria José Azevedo Santos, a Maria Alegria Fernandes Marques, professores da FLUC e a Rui Figueiredo Marcos, professor da Faculdade de Direito;
- A atribuição do Prémio GlaxoSmithKline e do Prémio Bio-Innovation Teams, no âmbito do Programa MIT-Portugal, a uma equipa de investigadores do CNC, liderada por João Malva;
- A atribuição do Prémio Adam Podgórecki, pela Associação Internacional de Sociologia, a Boaventura de Sousa Santos, professor da FEUC e director do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Documentação 25 de Abril;

No plano institucional, referirei como mais significativos, os seguintes momentos:

- A posição ocupada pela Universidade de Coimbra no ranking mundial do *Times Higher Education Supplement*, tendo sido considerada, pelo terceiro ano consecutivo, a melhor instituição de ensino superior a nível nacional;
- O 1º lugar a nível nacional, 14º a nível europeu e 43º a nível mundial ocupado pela Universidade de Coimbra no ranking de visibilidade e presença na Internet, do *International Education Directory of Colleges and Universities*;

- A aprovação do projecto ISAC - Improving Skills Across Continents, coordenado pela Universidade de Coimbra no âmbito do Programa ERASMUS MUNDUS, que reúne 10 universidades da Europa e 10 universidades brasileiras;
- A inauguração pelo Senhor Presidente da República, no âmbito da 5.^a Jornada do Roteiro para a Ciência, do ICNAS, cujo ciclotrão produziu, no dia 10 de Julho, o primeiro isótopo radioactivo, uma molécula de desoxiglucose marcada com Flúor 18;
- A atribuição pela União Europeia do Prémio Europa Nostra 2009 ao projecto de recuperação da Via Latina, pelo forte contributo da Universidade na preservação do Património Cultural Europeu;
- A atribuição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, edição 2009, na categoria Melhoria de Processos - Ensino, ao projecto Balcão Único@UC pela implementação de uma plataforma de gestão da informação a nível global na instituição;

Todas as actividades tradicionais de uma Universidade, que se inserem no âmbito de uma das suas três missões clássicas, a formação, a investigação científica e a inovação, podem ser complementadas com vantagem, por recurso à colaboração universitária internacional.

Mas, numa Universidade como a nossa, a internacionalização tem ainda uma outra dimensão, tão importante que ela está em vias de verdadeiramente se assumir, verdadeiramente, como a sua **quarta missão**. Assim como hoje aceitamos valorizar uma Universidade em função da qualidade da formação que ministra, ou da profundidade e impacto da investigação que desenvolve, ou dos

índices de desempenho que ostenta nas suas actividades de inovação, penso não ser necessário muito tempo para vermos emergir, em complemento dos anteriores, um novo padrão de referência que terá que ver com a capacidade de definir e concretizar uma agenda de diplomacia cultural autónoma.

Vem nesta linha a criação recente, em Belo Horizonte, no Brasil, de uma sede local do Centro de Estudos Sociais denominada **CES – América Latina** e de uma outra em Lisboa denominada **CES - Lisboa**. Ainda a intenção, a concretizar em breve, já com escritura pública e órgãos sociais constituídos, de uma outra experiência idêntica do CES no Maputo, em Moçambique, denominada **CES – Aquino de Bragança**. Igualmente em perspectiva se encontra o **CES – Ásia**, a instalar provavelmente em Goa, tirando partido da colaboração existente entre investigadores portugueses e indianos. Para além de nos tornar a todos, menos provincianos e menos autocentrados, menos deslumbrados pelo brilho do nosso sucesso local, esta prática que nos desumbiga – e assim, ao jeito de Mia Couto, pagamos tributo à lusofonia – a colaboração universitária internacional fornece ainda os meios para um novo, riquíssimo e praticamente inesgotável campo de oportunidades.

Atente-se, por exemplo, no significado de ter à volta de uma mesma mesa, a participar em actividades conjuntas de docência ou de investigação no âmbito da **Comunidade de Universidades do Mediterrâneo**, membros de Universidades de todos os Países da Bacia do Mediterrâneo. Compreenda-se que, mesmo quando os seus Governos se antagonizam ou os seus exércitos se combatem, os universitários têm tendência para olhar o mundo com olhos de compreensão e de diálogo, distanciando-se das coisas pequenas, como o astronauta que, a trezentos

quilómetros de distância, não pode deixar de desvalorizar os conflitos entre os povos ao compreender que o mundo é uno, único, e que todas as fronteiras são artificiais.

Veja-se a importância de juntar num mesmo colóquio científico representantes de cerca de três dezenas de Países da Europa, Ásia, África e América detentores de património edificado de origem ou influência portuguesa e de criar a **Rede Mundial de Bens de Origem ou Influência Portuguesa** e note-se que a Universidade de Coimbra foi capaz de fazer neste contexto, em colaboração com o IGESPAR e com a Comissão Nacional da UNESCO, o que nenhum governante de nenhum governo pôde realizar.

Mas a iniciativa de maior ambição e potencialidade em que a Universidade de Coimbra se envolveu recentemente, e liderou, foi, sem dúvida, a criação do **Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras** agrupando em torno de um nome que todas consideram referencial, as cinquenta mais importantes Universidades do Brasil, representando no seu conjunto 98% de todos os programas de pós-graduação acreditados pela CAPES e 94% de todos os centros de investigação científica credenciados daquele País. Paralelamente aos trabalhos da segunda Assembleia Geral do Grupo, a realizar em Salvador no próximo mês de Novembro, decorrerão reuniões com o Grupo Montevideo, que engloba 19 universidades de 5 países da América do Sul, reuniões conjuntas de Reitores Brasileiros e Mexicanos, bem como de Reitores Brasileiros e Europeus das Universidade que pertencem ao *Coimbra Group*. A compreensão desta realidade, a apetência crescente do Brasil pela Europa e da Europa pelo Brasil, o incontestável prestígio internacional da Universidade de Coimbra permitiu-nos

montar esta estratégia que afirma indiscutivelmente a nossa Universidade como pilar e referência de uma ponte transatlântica da qual pode beneficiar enormemente não apenas no plano intangível mas também no plano material.

Mas, tal como tínhamos previsto, a importância deste grupo não se esgota na sua acção em prol da internacionalização. Também como sede de reflexão sobre a política universitária brasileira, o único grupo em que estão representadas as melhores, e só as melhores universidades brasileiras dos quatro sub-sistemas existentes (federais, estaduais, confessionais e comunitários) está a saber tirar partido da oportunidade da sua constituição para se estabelecer como parceiro institucional incontornável no panorama universitário interno. Prova-o, por exemplo, o protocolo de entendimento que está a ser preparado entre a CAPES e o Grupo, para que a este sejam transferidas responsabilidades que permitam a agilização da acreditação no Brasil de cursos obtidos no estrangeiro.

Tal como o Governo brasileiro já compreendeu o que está em jogo com a internacionalização das Universidades e se lançou na criação de Universidades Federais expressamente vocacionadas para a consolidação da estratégia internacional de afirmação do Brasil no Mundo, tal como o Governo espanhol apoia maciçamente algumas das suas Universidades, nomeadamente Salamanca e Granada, para desenvolverem programas internacionais de suporte da língua e da cultura castelhanas no mundo, estou em crer e desejo que também o Governo português compreenda um dia, que deve aproveitar a Universidade de Coimbra, como uma das marcas de maior prestígio externo do País e apoiá-la no esforço que tem feito para cumprir o seu desígnio histórico de ponta de lança internacional da presença da nossa língua e da nossa cultura. Uma das maiores

mágoas do meu segundo mandato terá sido a não participação do nosso Governo (tanto mais que o Governo Brasileiro se fez representar) na cerimónia de assinatura, nesta grande Sala dos Actos, do documento de constituição formal do Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras, em Novembro de 2008.

Entretanto, do Brasil continuam a chegar manifestações de apreço e consideração pela nossa Universidade. É neste enquadramento que interpreto a decisão da Universidade Federal do Maranhão de conceder o título de Doutor *Honoris Causa* ao Reitor da *Alma Mater Conimbrigensis*, em cerimónia que decorreu no passado mês de Junho. Para mim, pessoalmente, é mais uma razão para me sentir honrado e responsabilizado por exercer este cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, por mandato da comunidade universitária a que pertenço.

4. Quatro anos de Governo

Tenho sempre aproveitado o momento da abertura solene das aulas para fazer uma breve análise da situação política universitária nacional. Não vejo que, por estarmos em período eleitoral, haja razões para quebrar este hábito. Bolonha, Financiamento, Novos públicos, Avaliação, Regime Jurídico e Estatuto de Carreira Docente são as áreas que abordarei, de uma forma necessariamente sintética.

O **processo de Bolonha** radica a sua extraordinária força política na capacidade que teve em capitalizar o descontentamento resultante de uma Europa exclusivamente centrada em questões financeiras, fazendo entender que, por

uma vez se estava a dar, e cito o documento original, “solidez à sua dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica”. O objectivo de constituir o Espaço Europeu de Ensino Superior teve, portanto, desde logo, o grande mérito de trazer ao processo de construção europeia, é certo que muitas vezes em posições antagónicas, milhões de cidadãos, e não quaisquer, que até aí se tinham considerado completamente marginalizados.

Duramente criticado por uns, que viram nele a criação de mecanismos que permitiriam abrir a porta à mercantilização do ensino superior e idolatrado por outros que nele projectaram, muitas vezes exageradamente, a oportunidade de concretização de todas as suas expectativas de mudança, o processo de Bolonha beneficiou de ter surgido no momento oportuno para se transformar numa extraordinária experiência viva de política internacional e num dos mais notáveis sucessos políticos da União Europeia.

E é assim que, apesar de desde sempre bastante ambíguo nos seus objectivos e nos seus termos, ou talvez por isso mesmo –na verdade observadores e comentaristas menos informados ainda hoje associam a este processo todas as modificações ou reformas entretanto empreendidas pelas Universidades e que nada têm a ver com ele - ele transcende em muito os limites geográficos da União, subscrito que está por 46 Países, nem todos europeus, e constitui uma referência relativamente à qual os sistemas universitários das grandes economias do mundo se sentem obrigados a posicionar-se. Este êxito político não deve ser desvalorizado.

Na última reunião interministerial realizada em Leuven no passado mês de Abril, os Ministros das Universidades fizeram um ponto de situação sobre o andamento das reformas introduzidas no âmbito do chamado processo de Bolonha e concluíram, a partir das informações fornecidas por cada Governo, que Portugal se situava no pequeno grupo de cinco países mais avançados nesta matéria, tendo já 98% dos seus cursos sido sujeitos à necessária adequação. Pelo meu lado, tenho tentado uma abordagem menos oficial, interrogando um grande número de responsáveis de cursos, de departamentos, de Faculdades e de Universidades de todo o País, sobre o estado actual de concretização das diferentes medidas e procurando uma percentagem que represente genericamente essa evolução. Os valores que obtenho com mais frequência situam-se nos 30%, o que me parece incompatível com o lugar de destaque que para nós encontraram os Ministros. Tenho tendência em acreditar mais no resultado dos universitários do que no resultados dos governos. Também aqui, parece-me haver um longo caminho a percorrer entre a lei e a reforma, entre o gabinete do Ministro e as salas de aula.

Fui e continuo a ser um adepto do processo de Bolonha. No entanto, no processo de Bolonha de que sou adepto não teria sido necessário confundir estudantes, famílias e empregadores, atribuindo o mesmo nome a graduações com valor intrínseco completamente diferente (por exemplo, a licenciatura antes e depois de Bolonha) e nomes diferentes a graduações com o mesmo valor intrínseco (por exemplo, licenciatura antes de Bolonha e mestrado depois de Bolonha). Não teria sido necessário autorizar primeiros ciclos que, em variadíssimos casos e ao contrário do que é preconizado nos documentos internacionais, não preparam para a prática profissional. Não teria sido necessário inventar a figura

de Mestrado Integrado, que mais não serve do que para outorgar uma área de aparente prestígio, não prevista na lei, confundindo ainda mais o sistema. Como não teria sido necessário ter que imaginar toda uma panóplia de designações complementares para os restantes segundos ciclos – mestrado de fileira, mestrado de continuidade, mestrado avançado, master pós-mestrado, mestrado científico, mestrado profissionalizante, para tentar acomodar a realidade viva ao espartilho em que se transformou Bolonha, tal como foi aplicada em Portugal. Não teria sido igualmente necessário dar, por lei, a possibilidade a cada Universidade para que escolhesse, entre 3 e 4 anos, a duração dos seus primeiros ciclos, envolvendo neste processo milhares de professores e centenas de milhares de horas de trabalho, se a intenção era, como se viu que era, a de ser o Ministério a defini-la.

A história dos povos não tem atalhos. Confiar que a muleta da Europa nos permitiria resolver em coordenação internacional problemas que não temos sido capazes de resolver sozinhos é esquecer que os objectivos políticos ambiciosos só estão ao alcance das sociedades que possuam, colectivamente, uma maturidade cultural adequada. Para participar na construção de um Espaço Comum de Ensino Superior, da Madeira a Helsínquia, de Reikjavíq a Moscovo ou a Baku, precisamos ainda de mostrar que somos capazes de construir, coerentemente, o nosso próprio espaço nacional. E pelo menos em dois dos objectivos de Bolonha, comparabilidade de graus e avaliação da qualidade, os últimos anos foram anos de regressão. Resta-nos pois, um longo caminho a percorrer. Ficam, para já, como partes positivas deste processo, ainda assim longe de estarem a ser adequadamente utilizados, os instrumentos para uma

verdadeira comparabilidade de formações: a criação do sistema de créditos internacional (ECTS) e o Suplemento ao Diploma.

No plano da captação de **Novos Públicos**, o panorama alterou-se significativamente nos últimos anos. Constatando que o aumento do nível habilitacional médio da população activa não se faria ao ritmo desejado se apenas dependesse das entradas pela via habitual da conclusão do 12º ano, o governo lançou um conjunto de medidas que permitiram o acesso ao Ensino Superior a cidadãos habilitados, digamos assim, pela experiência da vida. Pese embora a inqualificável permissividade de algumas instituições e a inexistência de mecanismos de controlo que imponham seriedade ao sistema, a experiência deve ser considerada globalmente positiva, e ainda mais se considerarmos o reaparecimento dos cursos técnicos, a criação dos Cursos de Especialização Tecnológica, de nível intermédio, e o significativo desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação não conferentes de grau. Lamenta-se, ainda assim, que esta excelente oportunidade de revalorização da via do ensino técnico não tenha sido aproveitada para clarificar mais eficazmente a esfera de actuação de Universidades e Politécnicos.

Muito menos positiva foi a acção do Governo no que diz respeito à avaliação. Considerada, por todos, essencial, a componente de **Avaliação** dos cursos e das instituições para garantir a qualidade do sistema, o Governo desmantelou um sistema de avaliação internacionalmente referenciado, criado pelas Universidades no início da década de 90, responsável em 12 anos por 3 ciclos sucessivos de avaliação que abrangeram todos os cursos de licenciatura existentes no País, sem por a funcionar, em tempo útil, um sistema alternativo.

Em resultado, nem um único curso foi avaliado durante a presente legislatura, constituindo este facto, em conjunto com a política de financiamento, os aspectos que marcam mais negativamente a acção do actual Governo no plano do ensino superior.

Agora, que a Agência de Avaliação está formalmente constituída e organizada, é desejável que possa começar a colmatar rapidamente a lacuna deixada aberta pela extinção do anterior sistema de avaliação e, em articulação e complementaridade com as restantes agência internacionais, ajudar a garantir a qualidade da formação prestada pelas instituições.

Pelo seu lado, estas estão a viver os primeiros momentos de uma nova forma de organização interna definida pelo novo **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior**. Sendo a experiência muito recente, é ainda muito cedo para tirar conclusões. Se adicionados, a nível nacional, os resultados das primeiras provas de fogo é, no entanto, possível adivinhar algumas tendências, como sejam:

- Primeira, negativa: A tendência marcada para a sobre-produção mediática do processo de eleição do Reitor. Embora nunca o tenhamos visto nem em empresas privadas nem na administração pública, muito menos em Universidades, em Portugal ou no estrangeiro, a verdade é que os processos de eleição reitoral que já decorreram ao abrigo do RJIES se transformaram num espectáculo público inusitado incluindo, nomeadamente, a transmissão em directo por internet para todo o mundo das apresentações e das audições dos candidatos. Pergunto-me a que interesses se pretende dar resposta ao desvendar sem pudor as entranhas mais íntimas de uma Universidade ou se não haverá

outras formas mais adequadas, e mais eficientes de provar a abertura da Universidade ao mundo ou a disponibilidade para prestar contas à sociedade.

- Segunda, positiva: A utilidade da existência de um órgão de supervisão, parcialmente constituído por elementos externos escolhidos pela Universidade. Os Conselhos Gerais têm assumido este seu papel e têm-se mostrado, em geral, e permita-se-me dizê-lo, particularmente em Coimbra, factores de credibilização da gestão universitária e componentes essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de prestação de contas;
- Terceira, a esclarecer: A dificuldade em dimensionar convenientemente esse órgão, atendendo às suas diferentes competências. Demasiado grande para funcionar como órgão colegial de decisão, tende a ser demasiado pequeno como colégio eleitoral do Reitor, a não ser que se entenda que esta eleição se deve reduzir à mera escolha de um gestor.

Esta questão suscita uma reflexão que me parece oportuno trazer aqui. Apesar de o definir como órgão de governo, o lugar que o RJIES reserva para o Reitor, compatível aliás, com os conceitos que subjazem à argumentação aduzida pelo Ministério no momento da discussão do novo regime, parece ser mais o de um quadro superior de gestão. Governante de uma Universidade ou apenas seu gestor, Reitor-governo ou Reitor-gestão, a Universidade portuguesa não beneficia em deixar instalar mais esta confusão e tem todo o interesse em evitar esta armadilha evolutiva. Assim como ninguém se deixa convencer de que seja necessária formação em gestão ou em engenharia para ocupar o cargo de Ministro ou de Primeiro-Ministro, também as qualidades requeridas para um Reitor – visão estratégica, capacidade de criar consensos ou de assumir rupturas na dose certa e no momento adequado, formar e dinamizar equipas, saber

rodear-se de pessoas competentes - estão longe de se esgotar na simples tecnicidade dos acertos de contas.

Nesta linha, ocorre-me recorrer a uma reflexão recentemente publicada pela Presidente daquela que, segundo todas as métricas até hoje inventadas, é a melhor Universidade do Mundo: a Universidade de Harvard. Cito Drew Faust, em artigo intitulado “A crise de objetivos da Universidade” publicado a 6 de Setembro no New York Times, “... Será que, quanto o mundo se rendia à bolha da falsa prosperidade e do materialismo extremo, as universidades deviam ter desenvolvido um esforço maior — na investigação, no ensino e nas publicações que promovem — para denunciar os sinais dos riscos que se estavam a correr e a recusa em admiti-los? Será que se deviam ter assumido como um contrapeso mais firme perante a irresponsabilidade económica? Será que elas se tornaram demasiado cativas dos fins imediatos e mundanos que servem? Será que o modelo do mercado é hoje a entidade fundamental e definidora do ensino superior?”

Também no início do mês, foi publicado o novo **Estatuto da Carreira Docente Universitária**, tratando-se de um bom exemplo de lei em final de legislatura. Muito menos avançada do que chegou a ser anunciado, limitando-se a mexer em aspectos praticamente consensuais tem, apesar de tudo, o grande mérito de ter sido, ao contrário das anteriores versões, em número que se aproxima das duas dezenas, cuja publicação nunca chegou a concretizar-se. Tem igualmente a grande perversidade de endossar para os Reitores a responsabilidade de resolver um problema que a Ministra da Educação não conseguiu resolver a nível nacional: a avaliação dos docentes. Remete-nos para a necessidade de

produzimos dez regulamentos, alguns sobre questões muito sensíveis, em apenas seis meses, lamentando-se igualmente a entrada em vigor no dia imediato ao da publicação, o que tornaria ilegal a situação de grande número de docentes se a administração universitária não tivesse mais bom-senso do que o legislador.

Quanto ao **financiamento público para funcionamento** das Universidades, toda a nossa actividade dos últimos anos, decorreu, como é sabido, num quadro de grande constrangimento orçamental. Foram caindo por terra as várias justificações apressadamente montadas para justificar o injustificável, todas elas prontamente rebatidas sem réplica séria:

- primeiro, que se esperava das Universidades um esforço de contenção para equilíbrio das contas públicas, quando nos dois primeiros anos da legislatura se diminuiu o défice orçamental em cerca de 4% do PIB (de 6.8% para 2.8%) e em igual período se impôs às Universidades uma redução de orçamento transferido quatro vezes superior;
- depois, que as dificuldades financeiras das Universidades decorriam de deficiências de gestão, crítica reiterada quer pelo Ministro das Universidades quer pelo Ministro das Finanças, a que o próprio Primeiro Ministro se encarregou de responder quando elogiou o esforço de contenção que havíamos empreendido com êxito.
- de seguida, que era preciso que as Universidades participassem no movimento geral de combate à crise, logo se tornando claro que, quando foi necessário definir políticas de contingência e disponibilizar recursos para essas políticas se encontraram, nos até aí exauridos cofres do Estado, todos os milhões

necessários para todos os sectores considerados prioritários, tendo o ensino superior ficado de fora.

- por fim que se tratava de uma política de segmentação pela qualidade, visando fazer emergir uma primeira divisão de Universidades, quando na realidade, as cinco maiores Universidades portuguesas foram, todas elas, das menos financiadas em 2009, com transferências para funcionamento 12% inferiores aos aumentos de despesa com pessoal tornados obrigatórios pela Lei de Execução Orçamental.

A verdade é que se o governo tivesse mantido, em 2009, para o funcionamento das instituições de ensino superior, o esforço público, em percentagem do PIB, que definiu em 2004, estas teriam acesso a transferências anuais do Orçamento de Estado 30% superiores às que na realidade recebem.

A verdade é que ao discurso oficial de alicerçar o desenvolvimento nacional numa política de ciência e de inovação, de aumento do nível habilitacional médio da população activa e de criação de empresas de base tecnológica capazes de competir no mercado global, se contrapôs, dramaticamente, durante quatro anos, a incapacidade de criar um único programa comum entre o Ministério da Economia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A verdade é que, pela primeira vez desde que Portugal beneficia dos Fundos Europeus de Coesão, não existe um Programa específico de apoio ao Ensino Superior, o que obriga as Universidades a desdobrarem-se em candidaturas parcelares, que são analisadas às fatias, por júris diferentes, sem possibilidade de

justificarem perante ninguém a coerência das suas opções e a bondade das suas propostas.

A verdade é que, sete anos depois de ter sido separado, a nível da tutela governamental, o ensino superior dos restantes níveis de ensino, com o objectivo de aproximar o sistema universitário do sistema científico, nunca estes dois sistemas estiveram tão distantes e tão diversamente apoiados, mesmo quando tutelados por Ministros diferentes. **Afastados por um Ministro comum**, perderam-se, visivelmente, as vantagens que poderia haver de ter todo o sistema de ensino coordenado por um mesmo Ministério sem se ter ganho rigorosamente nada em troca.

Não se encontra para estes factos qualquer outra justificação que não seja a de uma marcada desconfiança relativamente à capacidade das Universidades para cumprir o importante papel que uma sociedade moderna lhes reserva.

Ora, Governos de todo o mundo aproveitam a crise para apostar ainda mais decididamente no seu ensino superior. Vejam-se a repetidas declarações de Obama a este respeito. Em França, a dotação pública das Universidades, já à partida dupla da portuguesa por cada aluno financiado, terá ainda aumentado 50% no final do mandato do actual Presidente. No Reino Unido, as Universidades com a mesma dimensão e importância da Universidade de Coimbra têm orçamentos quatro vezes superiores aos nossos. No Brasil, o programa RE-UNI contratualizou com as Universidades Federais aumentos cumulativos de financiamento público, de entre 30% a 100% ao ano. Já não se põem a questão de saber se se podem dar ao luxo de investir mais no Ensino

Superior, porque já perceberam que não se podem dar ao luxo de não investir nele.

Haverá nas nossas Universidades algo que justifique esta desvalorização relativa? Será, como parece ser para o nosso Governo, que as Universidades portuguesas não estariam em condições de responder tão bem como as outras a estes desafios? Ou será, mais simplesmente, apenas o nosso Governo que esteve errado? Se a importância política de um sector se pode medir pelos recursos que a ele afecta o decisor, será forçoso reconhecer que o Ensino Superior foi, sem dúvida, fora do discurso oficial, um dos sectores de menor importância na legislatura que agora termina.

5. Programa para o novo Governo

Uma legislatura passou e em breve, uma outra terá o seu início no renovar de pessoas e de mandatos que faz a riqueza da nossa vida democrática.

Não me parece descabido, nem passível de más interpretações, porque sempre competirá ao Reitor da Universidade de Coimbra pronunciar-se sobre a política de Ensino Superior mesmo quando não é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Reitores, apresentar aqui, com espírito de colaboração e de abertura, um conjunto de objectivos que bem poderiam constituir o Programa do Governo na área do Ensino Superior, uma espécie de Caderno de Encargos em seis pontos que as Universidades apresentam ao próximo Governo de Portugal.

Em primeiro lugar a urgente necessidade de **ordenamento da oferta educativa**. Existem actualmente em Portugal cerca de 4000 cursos registados, sendo 1874 de licenciatura ou de mestrado integrado, com mais de 800 designações distintas. Só em 2009 deram entrada na Direcção Geral do Ensino Superior mais de mil processos para criação de novos cursos ou adequação de existentes. A epidemia está longe de ser controlada. Será esta diversidade uma mais-valia do sistema? Estou em crer que não. Por um lado porque ela apenas significa, na maior parte dos casos, que algumas instituições recorrem a designações conjunturalmente mais apelativas com o fim de atrair novos alunos, mesmo que essas designações só marginalmente correspondam ao conteúdo real do curso, mesmo que essas instituições não tenham corpo docente devidamente habilitado para o leccionar. Por outro, porque um número tão elevado de designações conduz inevitavelmente a um tipo de formação de banda estreita. A reestruturação dos cursos efectuada no âmbito do processo de Bolonha, que preconiza precisamente uma preparação de banda larga para os cursos de 1º ciclo, deveria ter sido aproveitada para se tratar com seriedade esta questão, diminuindo-se significativamente o número de designações e conferindo maior legibilidade à oferta educativa.

Com uma margem sempre possível de diversificação da componente não nuclear de cada formação (que em alguns sistemas adopta a designação de *minor*), deve defender-se que exista uma relação biunívoca entre designações e conteúdos, ou seja, que cursos com um conteúdo nuclear semelhante tenham a mesma designação e que cursos com um conteúdo nuclear diferente tenham designações diferentes. A actual oferta educativa não está organizada desse modo, o que também contribui para dificultar a sua legibilidade.

Ora, nenhum sistema de gestão de qualidade pode autorizar a confusão em pontos tão fundamentais como o da designação dos produtos finais. Um equilíbrio satisfatório poderia ser, nesta matéria, que a definição da designação dos cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado fosse feita em sede de regulação, periodicamente revista e actualizada, ficando as designações de todos os restantes cursos ao critério das instituições.

Um segundo ponto passa pela **racionalização da rede pública de instituições**. Quinze universidades, quinze politécnicos e quatro escolas não integradas, sem qualquer política de articulação entre elas ou programa de financiamento que a sustente, fazem do nosso sistema de ensino superior um não sistema, apenas o somatório de partes que concorrem desenfreadamente entre elas. Ora, assim como uma Universidade não pode ser o somatório de Faculdades, também a rede de instituições deve compreender um software organizacional que promova a sua inter-relação e fomenta a sua complementaridade, coisa que, de todo, não existe. Também não faz sentido que instituições de ensino superior pertencentes a dois subsistemas distintos concorram entre si mas sim que cada subsistema faça bem o que lhe compete, sendo, obviamente, desejável, que entre os dois haja colaboração e coordenação de actividades. Também aqui se requer que o Estado assuma a sua função de regulação, coisa que não faz desde 1974. Nesta, como noutras matérias, menos Estado, não parece, portanto, ser a resposta adequada aos problemas do sector.

É neste quadro de falta de orientações governamentais e legislativas no plano da regulação do sistema de ensino superior em Portugal, que venho falando da ideia da criação de Regiões Académicas, agrupando numa base regional

Universidades e Politécnicos. Esta ideia é expressamente autorizada no actual RJIES que autoriza as instituições de ensino superior, cito, “a estabelecer entre si acordos de associação ou de cooperação para a mobilidade de estudantes e docentes e para a prossecução de parcerias e projectos comuns, incluindo programas de graus conjuntos nos termos da lei ou de partilha de recursos ou equipamentos” (fim de citação). Não basta. Enquanto algumas instituições sobrepuserem ao interesse nacional o seu próprio interesse corporativo ou de quinta, é necessário que o Governo inscreva esta preocupação na sua agenda política e promova, por sua própria iniciativa, a criação de mecanismos de coordenação que imponham uma maior racionalização à rede pública de instituições de ensino superior.

Uma terceira acção que se requer ao futuro Governo é, obviamente, a de repensar toda a **política de financiamento**. Algumas decisões são particularmente urgentes:

- É necessário fechar o actual ciclo de estrangulamento financeiro das Universidades iniciado em 1998, quando o Orçamento transferido pelo Estado chegou a ser de 96% do chamado Orçamento-Padrão, tendo descido em 2009 para pouco mais de 50% daquela referência. Só nos últimos cinco exercícios, o esforço público de financiamento para funcionamento sofreu uma redução de 30%. Nem o formidável exercício de mistificação estatística regularmente levado a cabo pelo Ministério permite escamotear a realidade dos números oficiais constantes nos Relatórios do Orçamento de Estado, anualmente aprovados pela Assembleia da República e disponíveis na internet, que a todos recomendo que consultem.

- É necessário construir um novo modelo de financiamento numa base plurianual, quer em termos de funcionamento quer em termos de investimento. No primeiro caso necessitamos de nos aproximar dos valões médios europeus para poder exigir às nossas Universidades que se posicionem melhor no contexto internacional. No segundo caso haverá que discutir e aprovar com cada uma, como venho reclamando há onze anos, os respectivos Planos de Desenvolvimento em função dos seus objectivos pedagógicos e científicos, previamente acordados com o Governo.
- O binómio Acção Social / Propinas deve igualmente ser analisado, tendo como dado de base, como a própria OCDE reconhece, que as portas do Ensino Superior actualmente se fecham, por razões económicas, a uma parte da população portuguesa. Neste momento, as propinas do ensino superior em Portugal são das mais elevadas da Europa, sobretudo se medidas em relação ao salário mínimo nacional, enquanto que o sistema de apoio social directo (bolsas de estudo) é dos mais limitados. Não só se me afigura impossível qualquer aumento de propinas como, ao contrário, seria necessário reforçar de uma forma muito consistente o orçamento anual do sistema de acção social. Em poucas palavras se resume, portanto, a enorme sensibilidade e importância deste assunto: a inteligência e a capacidade de aprender não são privilégio de nenhum grupo ou camada social, antes estão regularmente distribuídas por toda a sociedade. Um País que quer basear o seu desenvolvimento na inovação e se afirma lançado na construção de uma sociedade do conhecimento não poderá permitir-se desprezar talentos apenas porque eles não têm recursos económicos para aceder à Universidade. É, pois, obrigatório ir buscá-los onde eles existam, a todos

facultando as condições necessárias para que deles possam tirar proveito pondo-os, simultaneamente, ao serviço da comunidade.

Uma quarta vertente prende-se com a necessidade de **clarificar o conceito de autonomia**. Na teia de constrangimentos burocrático-administrativos, perde todos os dias o País ao retirar às Universidades a oportunidade de responder com eficiência às solicitações e aos desafios que comportam a sua missão. Neste desiderato, as recentes reformas da administração pública não excepcionaram devidamente as Universidades nem o Regime Jurídico as resguardou convenientemente. Como resultado, temos hoje um quadro de funcionamento ainda mais limitativo do que tínhamos há quatro anos.

Entreabre-se, talvez, a possibilidade de aproveitar a via das Fundações públicas de direito privado, que não foi até agora mais explorada pela razão conhecida da insuficiente clarificação do conceito. Urge, portanto, que se definam com clareza os mecanismos administrativos simplificados que esta via comporta e é importante que esses mecanismos sejam, de facto, simplificados. A autonomia é para assumir com responsabilidade. Mas ainda assim, haverá que ser autonomia.

O quinto ponto radica na urgência em **retomar o processo de avaliação**. Há quinze anos foram as Universidades, através da FUP, a estruturar todo o sistema de avaliação de cursos que decorreu no âmbito do CNAVES. Hoje, uma vez mais, são elas a chamar a atenção para o desacerto que representou a sua interrupção e para a imperiosa urgência da sua retoma, agora no âmbito da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior. Ainda haverá que

admitir, o que forçosamente acontecerá mais cedo ou mais tarde, que ela não pode funcionar em regime de monopólio.

Como sexto e último ponto desta enumeração, referirei a necessidade de **reaproximar as Universidades e o sistema científico**. Nenhum País pode ambicionar a um sistema científico de qualidade sem assegurar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das suas Universidades. A cabeça não pode funcionar sem o resto do corpo. Nenhuma política de incentivo à excelência científica pode justificar o desinvestimento e a desvalorização do sistema universitário. Nenhuma estratégia de segmentação pela qualidade das Universidades pode justificar a degradação, por igual, de todo o sistema universitário. A Universidade tem que ser considerada a base sobre a qual se alicerça o edifício da formação qualificada dos recursos humanos, da investigação, da inovação, da transferência e da internacionalização. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. É crucial que na próxima legislatura se estabeleça uma relação de confiança que nos permita trabalhar em conjunto para a concretização destes objectivos.

E estou em crer que estará ao alcance do próximo Governo a resolução de qualquer das seis questões enunciadas, que actualmente representam os maiores constrangimentos do ensino superior no nosso País.

6. O ano lectivo que começa

Passado em revista o percurso da Universidade nos últimos anos, e resumidamente apresentado o Caderno de Encargos para o próximo Governo de Portugal, é igualmente o momento de fornecer algumas notas sobre as actividades que marcarão o ano lectivo 2009/2010. Mencionarei, de entre as mais importantes, as seguintes:

- A consolidação das actividades da Fundação Cultural da Universidade e da Fundação Museu da Ciência, abrindo um novo campo de experiência de gestão de algumas infra-estruturas universitárias;
- O início de actividade lectivas do recém-criado Colégio das Artes com o lançamento de dois Programas de Mestrado e de um Programa de Doutoramento;
- O início da produção em série do ciclotrão, fornecendo isótopos para as actividades de investigação científica do ICNAS, bem como para as de prestação de serviços e comercialização dos excedentes;
- A concretização de uma profunda reforma da administração central da Universidade que tem como aspectos mais visíveis a reunificação da chefia sob um único administrador e a criação de um Centro de Serviços Administrativos Comuns para todas as unidades orgânicas e serviços;
- A extensão a todas as Faculdades da nova ferramenta informática de gestão académica, o *Nónio*, integralmente desenvolvida pelo Departamento de Engenharia Informática da FCTUC, cuja aplicação obrigará a uma melhor organização pedagógica e a uma mais clara estruturação dos cursos;

- Concluídas a instalação do *Nónio* e do Web-on-Campus, a entrada em regime de funcionamento corrente do nosso sistema de avaliação da qualidade pedagógica, o SGQP que constituirá um enorme passo em frente na aferição da relação pedagógica e na correcção de anomalias;
- A entrega formal ao Governo do dossier completo de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade;
- A dinamização do Centro de Investigação Forense, no âmbito do Tribunal Universitário Judicial Europeu – TUJE.
- A requalificação da Torre da Universidade e do Pateo das Escolas, a primeira financiada através de donativos de antigos estudantes;
- O regresso da Universidade ao Pólo 0, a Rua da Sofia, com o início da adaptação do Colégio da Graça para instalação do Centro de Documentação 25 de Abril e do Centro de Estudos Sociais;
- A montagem de um sistema interno de avaliação que permita alargar aos docentes a avaliação de desempenho profissional, no âmbito do novo ECDU, e aplicar aos cursos as normas da acreditação definidas ou a definir pela A3ES – Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior.
- A consolidação do conceito e da experiência de Universidade de Verão, já lançada em Agosto de 2009, com a participação de 160 jovens dos últimos anos do ensino secundário de todo o país, com programa científico em todas as áreas do saber a par de actividades lúdicas, culturais e desportivas.
- A reactivação do Instituto Jurídico, como uma unidade de investigação formal da Faculdade de Direito, aproveitando o enorme potencial instalado e a reconhecida qualidade científica do corpo docente, fazendo beneficiar a todos e a cada um da coordenação, da visibilidade e da acrescida capacidade de atrair financiamentos.

7. Agradecimentos

Senhoras e Senhores:

O Reitor dá o nome, representa e dirige uma vasta equipa, que na sua configuração mais restrita se limita aos Vice-Reitores e aos Pró-Reitores, mas na qual é igualmente justo incluir os Directores de Unidades Orgânicas, os Administradores, os Directores de Serviços, os Chefes de Divisão e todos aqueles em quem, permanente ou esporadicamente, ele delega competências ou a quem pede para que o representem dentro ou fora da Universidade.

Sendo esta a sétima vez que tenho a honra de presidir a uma cerimónia de abertura solene das aulas, forte de uma experiência que sempre me tem mostrado serem as minhas limitações compensadas pelo apoio que tenho recebido de todos vós, desejo uma vez mais afirmar que o Reitor é igualmente uma equipa e que nessa equipa se deve rever toda a Universidade. Porque quando deixar de ser assim, terá deixado de ser Reitor.

À Senhora e aos Senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e Pedro Manuel Saraiva, bem como aos Senhores Pró-Reitores, Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, José António Bandeirinha, António Pimentel e José Manuel Canavarro, aos quais recentemente se juntou o Doutor Saraiva da Cunha, aqui deixo uma vez mais o meu profundo agradecimento, pela forma empenhada e competente como sempre assumiram as suas responsabilidades.

Não querendo nem podendo antecipar-me aos resultados da consulta popular nacional do próximo dia 27 de Setembro mas porque, tendo em conta a história dos resultados eleitorais pelo círculo de Coimbra, é razoável admitir a eleição do Doutor Pedro Saraiva como deputado à Assembleia da República e não podendo deixar de me preocupar com a garantia da continuidade do trabalho que tem estado sob a sua superior responsabilidade decidi substituí-lo na equipa, com o seu acordo, a partir do final do mês, tendo convidado o Doutor Henrique Santos do Carmo Madeira, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, para Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, convite que foi aceite. A posse será conferida no próximo dia 1 de Outubro e poderá representar igualmente uma ligeira reafectação de responsabilidades dentro da equipa, que será anunciada na mesma ocasião.

Pela força inexorável do passar dos anos, o Doutor António Avelãs Nunes cessará as suas funções de Vice-Reitor no próximo mês de Dezembro. Poderia dizer-vos que ele tem sido o meu braço direito, mas na verdade esta formulação diz-nos, tanto a mim como a ele, muito pouco e não representa senão uma pequena parte da realidade. Através de um percurso universitário sem faltas, pelo qual impôs a qualidade das suas análises científicas e com elas introduziu diversidade, vitalidade e salutar polémica numa Universidade necessariamente conservadora, muito sério na afirmação dos seus argumentos mas igualmente sério na abertura que sempre mostrou relativamente ao pensamento dos outros, intransigente defensor e cultor da liberdade universitária, o Doutor Avelãs Nunes soube elevar a um patamar bem alto o prestígio dos mestres de Coimbra e da sua Faculdade de Direito. Presidente do Conselho Directivo durante quatro

anos e Vice-Reitor desde 2003, ele esteve em todos os assuntos delicados que atravessaram os meus reitorados e nunca prescindí do seu apoio e da sua opinião, antes de tomar as decisões mais difíceis. Fico, e fica a Universidade de Coimbra, com uma enorme dívida de gratidão que não saberia saldar, se não tivesse a certeza de que lhe basta, a ele, a consciência de um dever cumprido.

Tendo concluído com êxito as responsabilidades que lhes havia atribuído, também os Senhores Pró-Reitores António Pimentel e José Manuel Canavarro cessarão as suas funções no final do mês. Aqui lhes deixo uma palavra de muito simpatia e apreço pelo trabalho que desenvolveram e pelos relevantes resultados que obtiveram.

Para acompanhar, na equipa reitoral, a reestruturação dos serviços administrativos que, nos termos dos novos Estatutos, deverá estar concluída no final de 2010, decidi convidar para Pró-Reitora a Doutora Margarida Mano, Professora Auxiliar da Faculdade de Economia, que será substituída como Administradora, na nova estrutura de direcção unificada, a entrar em vigor no início de Outubro, pela Dra. Célia Cravo, até aqui Directora de Administração da Faculdade de Medicina. Uma e outra aceitaram o convite que lhes dirigi.

Cabe aqui uma referência muito elogiosa ao Dr. Carlos José Luzio Vaz que, por aposentação, abandonou recentemente as funções que desempenhava exemplarmente há mais de vinte anos, de Secretário-Geral da Universidade. Chefe do Protocolo e conhecedor como poucos de todos os pequenos segredos que encerra a realidade universitária, sentirei falta da sua palavra esclarecida e

da sua ajuda que transcendeu largamente a estrita esfera de competência dos Serviços Académicos que tão bem dirigiu.

Também por aposentação, o Dr. António Luzio Vaz cessará, no início de Janeiro, as suas funções de Administrador dos SASUC. Durante trinta anos fez crescer uma “empresa” que serve actualmente cerca de dois milhões de refeições por ano, que gere um parque residencial com mais de mil trezentos e cinquenta camas, que selecciona e concede bolsas a quase cinco mil estudantes, que se ocupa de um Infantário e de um Jardim Infantil com cerca de uma centena de crianças, que providencia serviços médicos em vinte e uma especialidades, que apoia Repúblicas e Cooperativas de estudantes e ainda tem que resolver todas as emergências sociais que o dia-a-dia não se esquece de lhe trazer. Os resultados falam pela sua competência e dedicação. Convidei para o substituir o Dr. Jorge Gouveia Monteiro que desempenhou durante oito anos as funções de vereador a tempo inteiro, com responsabilidades executivas na área da habitação.

Com quatro meses de diferença, cessam funções como Administradores, os três manos, como eram carinhosamente conhecidos, uma de nome e os outros dois de nascimento. Eles marcaram profundamente uma época na Universidade de Coimbra, tendo ocupado os mais elevados postos da sua máquina administrativa, a qual transformaram na mais respeitada administração universitária nacional. À Dra. Célia Cravo e ao Dr. Jorge Gouveia Monteiro, desejo as maiores felicidades na difícil tarefa de os substituir.

Epílogo

Senhoras e Senhores

No final desta alocução, desejo ainda deixar três notas finais e um convite:

Primeira nota: Comemoramos no próximo ano o primeiro centenário da instauração da República. Presente na Comissão Nacional, acolhendo várias das iniciativas levadas a cabo sob a égide dessa mesma comissão, a Universidade de Coimbra tem ainda um programa próprio, definido em articulação com a Comissão Nacional, preparado por uma Comissão Local nomeada em comum acordo com a Câmara Municipal, de que é coordenador científico o Doutor Carvalho Homem. A todos quantos se sentem irmanados pelos ideais da República, convido a participar nas várias iniciativas previstas.

Segunda nota, que deixo aproveitando a presença de alguns dos futuros deputados à Assembleia da República, saudando-os com consideração e respeito. Contrariando a afirmação do Senhor Ministro das Obras Públicas, que entende ser normal que este tipo de obras terminem com 25% de trabalhos a mais, e do Senhor Ministro das Finanças, para quem a má gestão das Universidades explica as dificuldades que atravessam, a Universidade de Coimbra pode continuar a orgulhar-se de ter lançado, nos últimos 11 anos, 383 procedimentos de empreitadas ou de aquisição de bens e serviços relacionados com novas instalações, num valor contratualizado de 80,17 milhões de euros, com um total de zero euro de trabalhos a mais. A incidência do controlo de custos nas empreitadas de Obras Públicas transcende largamente a mera exigência de uma boa gestão, o que já não seria pouco, mas é, de facto, uma

questão da qual depende, como todos sabemos, a saúde e a credibilidade do próprio regime democrático. Seria uma boa forma de comemorarmos o centenário da República, fazermos por todo o País como a Universidade de Coimbra já faz há cerca de vinte anos.

Terceira nota, que particularmente dirijo aos futuros vereadores e ao futuro Presidente da Câmara, os quais igualmente saúdo com amizade. Sejam quem forem os futuros protagonistas, numa cidade com as características da nossa não há outra via para o desenvolvimento que possa ser encontrada fora do estreito e permanente entendimento entre a Universidade e a Câmara. Reforcemos os nossos laços, concretizemos os nossos projectos comuns, empreendamos em conjunto novas iniciativas: Coimbra, cidade empreendedora, Coimbra, cidade de conhecimento, Coimbra, cidade de cultura, Coimbra, cidade de património, Coimbra cidade de saúde, Coimbra cidade de turismo, Coimbra cidade Univer[sc]idade.

Finalmente o convite: para hoje à noite, às 21h 30, para o TAGV, para o espectáculo de abertura solene das aulas, que consta de uma apresentação da Companhia Nacional de Bailado sobre peças de Mozart, Debussy e música tradicional italiana.

E termino, dirigindo-me uma vez mais aos jovens que agora passam a fazer parte da longa cadeia de gerações de estudantes da Universidade de Coimbra e a quem esta cerimónia é, em primeiro lugar, dedicada. À Laura e ao António, à Sara e ao Manuel, à Ana, ao João e a todos os outros. Não sei ainda, ninguém sabe, qual de vós vai ser o Antero, o Eça, o Garrett, o Camões, da vossa geração.

Pela nossa parte, tudo faremos para vos dar uma formação de primeira qualidade e uma preparação humana, cultural, técnica e científica que esteja à altura destes vossos dignos predecessores. Tudo faremos para vos ajudar a concretizar os vossos sonhos.

Quarenta anos depois, vale a pena recordar-vos que um dia sonhámos os dias actuais e que amanhã os dias são sonhos de agora. Mas se um dia, perdidos, deixarmos cair as asas do sonho que transpõem metas, se um dia, vencidos, nos dermos tristonhos à simples rotina do passar dos dias, então, sonhando o futuro no dia que passa, não passa o futuro do dia do sonho.

Não tenham, pois, receio de sonhar. Tal como há quarenta anos, sejam razoáveis: exijam o impossível. Entreguem-se à paixão e ao absoluto. Não neguem à razão o gesto certo. Nunca subam uma escada senão até ao topo. Recusem o talvez, o assim-assim. Firam as guerras sempre em campo aberto, onde o detalhe pode não ser nada, mas não há nada que não seja tudo. A Universidade de Coimbra assim vos procura e só assim se encontra nos sonhos de futuro que um dia, há quarenta anos, os seus estudantes andaram semeando pelo mundo, na forma de um balão e nas pétalas da flor.

Sejam bem-vindos à Universidade de Coimbra. Que o ano que agora se inicia desta nova fase das vossas vidas, pela qual lutaram e tão dignamente mereceram, corresponda às vossas expectativas e às vossas ilusões. Estendo, naturalmente, estes votos a todos os restantes membros da nossa comunidade universitária e a todos quantos nos honraram com a sua presença.

Fernando Seabra Santos

Paço das Escolas, 16 de Setembro de 2009